



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 29 - dezembro de 2022

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2022i29p183-190>

FISCHER, Luís Augusto. *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*. Porto Alegre: Arquipélago, 2021, 399p.

*Rafael Rocha Pansica**

Muito há de se tirar de *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*, livro mais recente do Prof. Luís Augusto Fischer, publicado em 2021 pela Editora Arquipélago. Para um leitor como eu, vindo da antropologia com rápida passagem acadêmica pela música, o livro tem grande valia e está a balizar, desde já, minha busca por uma formação mais aprofundada em Literatura Brasileira. Cheguei ao livro através da entrevista que Fischer concedeu à Marília Librandi para o *Brazil LAB* da Universidade de Princeton (disponível no YouTube): sua fala desembaraçada, sua didática clara, sua abordagem do objeto construído a partir de um posicionamento autoral jamais escondido me levaram ao livro que, como já nos faz saber o “Prefácio” escrito por João Fragoso, remete à tese apresentada por Fischer para tornar-se professor titular no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fruto de um longo trabalho, Fischer nos oferece um livro extenso, mas de leitura fluída, escrito com clareza, didática e num estilo conversacional.

Passando por uma variedade de assuntos (abordados também em notas de pé de página e em parênteses que abrem janelas diversas), todas as ramificações temáticas estão vinculadas ao objetivo principal do livro que é oferecer um modelo historiográfico alternativo, que escape da sucessão estanque de autores e escolas ordenadas por um viés

* Bolsista CNPq; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Instituto de Estudos da Linguagem – IEL; Campinas – SP – Brasil – rpansica@hotmail.com

valorativo teleológico próprio do modelo tradicional da história literária brasileira. Para propor um modelo mais dinâmico e aberto, Fischer realiza uma revisão crítica dos valores que ele identifica como formadores do modelo historiográfico tradicional: a ilusão de completude, o francocentrismo, o unitarismo, o essencialismo, a urbanofilia, a limitação temporal, linear e o isolamento. Um dos atrativos de sua proposta é a possibilidade de abarcar fenômenos literários mais recentes e/ou fora do foco dos relatos mais clássicos que circulam, dentro e fora da academia, nos livros sobre a história da literatura brasileira. Incluir, por exemplo, as canções, as literaturas de grupos historicamente marginalizados, as produções orais, as vozes indígenas, os gêneros recentes vinculados ao suporte digital e a internet, etc. Me pareceu muito interessante, por exemplo, ouvir-lhe a sugestão, na entrevista citada, sobre ler o *Tristes Trópicos* de Claude Lévi-Strauss como literatura brasileira; ou, já em seu livro (p. 314), a sugestão de tomar *A queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, da mesma forma.

Não se trata de empreendimento pequeno, nem fácil. Aproveitando sua formação também como historiador, Fischer reúne habilidades para realizar e justificar essa tarefa que, para os olhos de quem desconfia das grandes sínteses históricas, pode parecer despropositada. Mas justamente não se trata de síntese como reducionismo teórico e não dinâmico do concreto factual: trata-se de propor um modelo capaz de pensar formas criativas e originais para organizar diacronicamente temas, autores, textos e modos de escrita que revelem conexões relevantes e dinâmicas ainda inauditas – não só sobre a literatura, mas também sobre a história do Brasil. Seu afastamento da linhagem das sínteses estanques já é anunciado nas primeiras páginas, quando recusa construir seu objeto sobre (e como) uma unidade fixada. Assim, ao anunciar seu propósito como sendo o de escrever um estudo sobre História da Literatura, Fischer esboça um recorte de estudo que se debruce sobre o Brasil e sua literatura, mas, em seguida, acrescenta que “não está fora do campo de interesses a dimensão americana do fenômeno e, mesmo, a dimensão novo-mundista, envolvendo, além das Américas, outras regiões colonizadas pelos europeus a partir do século 16” (p. 23). Se os critérios comparativos propostos pelo modelo do autor realmente permitirem revelar conexões interessantes, interpretações potentes, análises condizentes sobre a história do que está a estudar, não há porque limitar o empreendimento a uma região (o Brasil) nem a uma forma (o romance): tanto melhor será testar o modelo para tentar descobrir ressonâncias significativas em outros lugares e formas (desde que sempre justificadas, como defende o autor, factual e historicamente).

O que o livro de Fischer nos pede, portanto, é uma avaliação sobre a potencialidade de seu modelo historiográfico. O que ele propõe? Partindo de uma análise cuidadosa das virtudes e limitações de modelos que proveriam da obra de Antonio Candido e Roberto Schwarz – referências cujas dívidas e admiração o autor não esconde –, Fischer propõe organizar o vasto, quicentenário e variado material literário brasileiro a partir de duas linhagens sócio-literárias que se destacam dominantes em seu processo histórico: a plantation, desenvolvida com maestria por Machado de Assis; e o sertão, cujo ápice se encontraria na obra de Guimarães Rosa. Essas duas linhagens ou, melhor dizendo, essas *duas formações* (anunciadas já no título da obra) não são estanques nem incomunicáveis: opõem-se dentro de um gradiente que permite várias formas de compromisso entre elas. De um lado a outro é possível classificar e matizar espaços, temáticas literárias, abordagens narrativas, assim como autores e suas obras. Dois exemplos: para Fischer [1] *Os sertões* tem como tema o mundo do sertão, mas seu ponto de vista (o debate que ela gera; a biografia do autor) é citadino (ver p. 312); [2] a ficção de Oswald de Andrade ressoaria com mais força o mundo da plantation, mas sua ensaística (em especial seus manifestos) tenderia mais ao mundo do sertão (ver p. 363). Já se tem aqui um gosto da maleabilidade dessas classificações que, mesmo apresentadas em tabelas, pretendem-se dinâmicas, transversais, abertas... Mas a leitora e o leitor desta resenha poderiam me indagar: como distinguir esses dois polos sobre os quais se constitui o modelo historiográfico de Fischer? Esses dois polos são associados a duas perspectivas interpretativas (aquelas duas que figuram no subtítulo do livro): a plantation é pensada a partir das ideias fora do lugar e o sertão a partir do perspectivismo ameríndio.

Mas aqui é preciso notar um desequilíbrio flagrante na economia do livro. A qualidade e a quantidade da atenção dedicada à exploração das ideias fora do lugar é muitíssimo superior à voltada para a compreensão do perspectivismo ameríndio. É muito interessante, por exemplo, acompanhar a exposição de Fischer sobre a trajetória acadêmica de Roberto Schwarz (das Ciências Sociais à Literatura), seus professores, suas leituras, os autores com quem dialogou, as referências por trás de cada movimento na construção de sua proposta, a difusão e a longevidade que as ideias fora do lugar alcançaram, os debates que ela provocou e continua provocando. Teria sido interessante saber, também, pelo livro de Fischer, que a trajetória de Eduardo Viveiros de Castro começa nas *Letras* da PUC-RJ com Luiz Costa Lima, professor que lhe apresentou Lévi-Strauss e lhe motivou a mudança para a Antropologia, onde ele reencontrou

concretamente o tema da *antropofagia oswaldiana*, uma das referências ensaísticas para a formulação de seu perspectivismo guerreiro araweté (intra-humano) e, posteriormente, de seu perspectivismo ameríndio (inter-espécies). Mais importante ainda, sobre a associação entre o sertão e o perspectivismo ameríndio, teria sido explicar aos leitores (especialmente para aqueles que entrarão em contato pela primeira vez com o trabalho de Viveiros de Castro por meio do livro), com o mesmo destaque dedicado às ideias fora do lugar, que o uso feito do perspectivismo em seu modelo historiográfico não estava proposto nem previsto na formulação original de Viveiros de Castro – em especial, teria sido importante sublinhar que a formulação original do perspectivismo ameríndio não se baseou em materiais que coincidam, imediata ou automaticamente, aos materiais do sertão tal qual Fischer o define. Na formulação de Fischer, o sertão se distingue da plantation, mas também, de alguma maneira, da floresta (ou da Amazônia – ver p. 314). Ora, para pensar as maneiras como sertão e floresta se distinguem e se aproximam era preciso começar observando, justamente, que é na floresta amazônica que se concentram os materiais indígenas que fundamentaram a proposição do perspectivismo ameríndio por Viveiros de Castro – perspectivismo que Fischer, a sua maneira, se utilizou para pensar diretamente o sertão (e não a floresta). Enfim: seria preciso insistir que as figuras do xamã e do caçador indígenas guardam diferenças multifacetadas diante da figura do jagunço rosiano, por exemplo, e que a construção da passagem entre esse mundo ameríndio e o sertão poderia com proveito ter sido feita em um plano mais fundamental e necessário para a formulação de um modelo, a saber, o plano analítico-conceitual, que não se reduziria à observação da figura do índio livre empreendedor ou escravizado pelo mameluco bandeirante, cuja presença no sertão (*i.e.*, fora das aldeias) garantiria uma circulação oral de narrativas e poesias que chegariam, em algum momento dessa longa miscigenação sociocultural, “à forma escrita, na obra dos ‘regionalistas’, prosadores e poetas, dos cancionistas e folcloristas, até alcançar o ponto maduro de Guimarães Rosa e sua geração.” (p. 321).

A grande dificuldade para mim, no avanço da obra, foi continuar me comprometendo com a ideia de que a diferença entre a plantation e o sertão constituir-se-ia como uma oposição dada num *continuum* comunicativo, com variadas soluções de compromisso entre elas. As diferenças certamente existem, mas eu não consegui mais percebê-las na forma de uma oposição complementar e gradual a partir do momento em que elas foram associadas, no modelo historiográfico de Fischer, alternativamente às ideias fora do lugar e ao perspectivismo ameríndio. Me questionando sobre este ponto,

fazendo minha autocrítica enquanto leitor, me lembrei de uma frase famosa de *Grande sertão: veredas* que justificaria a oposição analítica entre as ideias fora do lugar e o sertão perspectivista: “o sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”. A frase de Riobaldo, pensada neste contexto, soaria como uma inversão da descrição da sociabilidade brasileira anunciada por Roberto Schwarz, pois, ao contrário do que ocorreria na capital nacional machadiana, no sertão o poder do lugar não teria mais força do que a formação de *suas próprias ideias*.

Digo *suas próprias ideias*, nesse espelhamento comparativo, para expressar meu entendimento da ironia prevista na fórmula schwarziana. Nascidos no interior do sistema capitalista do qual o Brasil machadiano era parte integrante, os ideais liberais cumpriam a função interna de manter o distanciamento das classes dominantes sobre as classes oprimidas, tanto no centro do sistema (como ideologia dos assalariados), quanto na periferia do capitalismo (no caso brasileiro, como ideologia de segundo grau desenvolvida por um sistema de favores). A sensação de que as ideias estariam fora do lugar seria apenas o efeito da ocupação de uma posição ambígua, à meia altura, pela classe dominante brasileira, periférica: ocupar uma posição dominante na periferia do sistema capitalista implicava uma experiência ambígua para essa elite brasileira porque vivenciava-se, dessa posição à meia altura, tanto um domínio em relação aos escravos e aos agregados livres, quanto um atraso (ou sensação de defasagem) em relação às classes dominantes do centro do capitalismo. A ideologia aqui era de segundo grau porque, se bem entendo, funcionava para mascarar a sensação de atraso da classe dominante brasileira (representada na figura de Brás Cubas, por exemplo): cumprindo a função de ajustar os impasses dessa sensação, tal ideologia fazia funcionar um sistema de favores no qual subalternos livres induziam dominantes periféricos a se sentir ou a se imaginar tais quais os ricos modernos do centro do capitalismo – hábito que se espraia a partir daí, de cima a baixo, ao longo do tecido social daquela realidade carioca da capital brasileira do século XIX. E como desse ponto de vista global tudo estaria em seu lugar de ideologia, fico sempre a considerar que seria interessante, como hipótese de leitura historiográfica, imaginar que as ideias nunca estiveram fora do lugar, apenas que, à época de Machado, quando o fenômeno ainda era relativamente recente, ser-se liberal constituía-se como experiência que ainda não havia revelado suas outras facetas: de lá pra cá, quem acompanhou as eleições de Bolsonaro confirmará, o discurso dos mesmos autoproclamados liberais, provindos da mesma classe dominante, elitista e periférica brasileira, permanece idêntico: “somos liberais na economia e conservadores

no costume” (*i.e.*, somos liberais e somos contra uma série de pautas de direitos civis como o aborto, o casamento gay, avanços trabalhistas; etc). De modo que não sei se continuamos com as ideias fora do lugar ou se o liberalismo desde o início foi um fenômeno mais contraditório e abrangente do que estamos habituados a imaginar – funcionando bem, com suas potências renovadas e mostrando suas outras facetas constituintes, já no Brasil escravista testemunhado por Machado.

De todo modo, se essa sensação de ideias fora do lugar foi enunciada a partir da experiência de um personagem como Brás Cubas, a definição do sertão como lugar cujo poder fica aquém da força das ideias ali formadas só poderia ser enunciada pela experiência de um personagem como Riobaldo, esse sem querer jagunço. E que a travessia de Riobaldo tenha, do início ao fim, a figura ao mesmo tempo incompreensível e irresistível de Diadorim como motor de seu devir – aí estaria, me parece, um ponto de ressonância para se construir a ponte analítica entre o sertão e o perspectivismo proposto por Viveiros de Castro. Tomar Diadorim como atrativo irresistível em toda a sua alteridade traçou, para Riobaldo, uma linha poderosa de aproximação que nunca se completou – ou, nos termos antropofágicos do perspectivismo de Viveiros de Castro, tratou-se de mútua implicação de perspectivas (eu/outrem) irreduzíveis entre si¹. Esse movimento de devir que o perspectivismo descreve é um movimento positivo no duplo sentido do termo, pois sua potência é colocar as ideias para fora do lugar: o pensamento como potência de desterritorialização. Onde esse pensamento desterritorializado do campo exclusivo das ideias é emancipado também como afecção corporal. Travessia insurrecionária.

Mas quando Fischer associa o sertão ao perspectivismo ameríndio, me parece que ele está querendo apontar uma correlação entre pensamento e lugar. Vide o trecho a seguir: “O que pretendo aqui não é mais do que mostrar que com Viveiros de Castro temos a exposição de um estilo de vida e de um modo de sentir e pensar, o dos ameríndios, que proporciona uma excelente e adequada moldura para pensar sobre o sertão e sobre a literatura que dele nasceu ou que a ele se refere” (p. 326). Ou seja: o

¹ A ambiguidade da mútua implicação de perspectivas irreduzíveis entre si é de natureza diversa da ambiguidade observada nas ideias fora do lugar. Em seu “A dialética do romance nacional: retorno ao debate Roberto Schwarz/ Beto Prado Jr”, excursão final de seu *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno* (2019), o Prof. Vladimir Safatle defende que a relação entre as formas literária e social realizada por *Grande sertão: veredas* é da ordem da dialética negativa adorniana, ponto que ele não identifica, ao menos completamente, na relação entre as formas literária e social proposta por Roberto Schwarz em sua leitura da obra madura de Machado de Assis: tratar-se-ia, sugere Safatle, de outro tipo de ambiguidade – uma *alternância indefinida que não se resolve* (*i.e.*, uma dinâmica que não chega a ser propriamente uma dialética).

perspectivismo ameríndio como a exposição de uma *cultura* (espraiada pela difusão da presença indígena e sua miscigenação naquele espaço do sertão). Mas cultura, enquanto ideia do (e no) lugar, é um conceito que Viveiros de Castro jamais utilizou para expressar em conjunto seu perspectivismo ameríndio que, até onde entendo, nunca poderia ser tomado como um “estilo de vida” – talvez como um “modo de sentir e pensar” (mas essas duas expressões, justamente, não se equivalem). Até onde entendo, aquele seria um modo de sentir e pensar que não se acessa pelos conceitos correntes de cultura e identidade, pois ele seria menos um modo de ser no mundo do que um modo de devir a si e ao mundo (com as potencialidades e riscos que esse modo de existir acarreta). Tomar o perspectivismo como “uma visão das coisas, um jeito de ser no mundo” (p. 330) é distorcer a proposta original: se Fischer está a sugerir que o perspectivismo, tal qual as ideias fora do lugar, seja como que uma cosmovisão reveladora da (e dominante na) sociabilidade brasileira, seu modelo estará a tentar territorializar um pensamento que se quer desterritorializante, contra o Estado (como diria Pierre Clastres) e cuja força, ressoando o sertão centrífugo rosiano, tenderia sempre a escapar ao poder do lugar, da nação, etc.

Ainda que a inversão das proporções de força entre ideias e lugares, que aponte acima para tratar da plantation e do sertão, possa fazer crer na possibilidade de dispor em um mesmo gradiente analítico as ideias fora do lugar e o perspectivismo ameríndio, a leitora e o leitor já perceberam que estou a propor uma leitura perspectivista da relação entre essas duas teorias: tratar-se-iam, acredito, de perspectivas que não podem ser lidas a partir de um terceiro ponto de vista, em sobrevoo, apto a solucionar as diferenças mediando acordos ou soluções de compromisso. A diferença entre as duas teorias pode ser tomada a partir da perspectiva das ideias fora do lugar ou a partir do ponto de vista do perspectivismo ameríndio, mas tanto de lá pra cá, quanto de cá pra lá, haverá distorção e equivocação, pois *uma perspectiva não vê a outra como essa outra própria se vê* (essa é uma das formulações centrais do multinaturalismo perspectivista).

De todo modo, no final da leitura eu fiquei imaginando um modelo comparativo que se fizesse a partir das propostas perspectivistas de Eduardo Viveiros de Castro. Seu perspectivismo de fato poderia inspirar um outro modelo para se pensar a história da literatura brasileira, isto é, uma outra maneira de organizar temporalmente autores e autoras, temas, visadas, escritas, etc. Lembrei-me, por exemplo, do estudo de Oscar Calavia Sáez intitulado “A história pictográfica”, publicado na coletânea *Lévi-Strauss: leituras brasileiras* (2008): seu estudo retoma e comenta uma variedade de modelos de

história, todos também duais (sociedades frias *versus* sociedades quentes, por exemplo: a mais mal compreendida pelos críticos e também a mais famosa), que o antropólogo francês imaginou para começar a pensar e propor uma história alternativa às historicidades dominantes no Ocidente capitalista. O texto de Calavia Sáez se debruça sobre o trabalho de Lévi-Strauss, mas um projeto semelhante poderia ser erigido a partir do estudo do perspectivismo multinaturalista. A promessa de fazer emergir outra temporalidade e outra historicidade, mais perspectivista, de inspiração ameríndia, talvez começasse por trazer seu conceito de mito para modular o nosso de história: contar a nossa história literária a partir do modo como os índios contam e conectam seus mitos (que eles, ao contrário de nós, costumam chamar de “história dos antigos”). Talvez, mas aqui só estou pensando alto...

Data de submissão: 09/06/2022

Data de aprovação: 19/07/2022